



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL**

### **ATA DO 98º ENCONTRO DE PRESIDENTES**

**PRESIDÊNCIA: DES. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE**

**PERÍODO: 27 A 29 DE MARÇO DE 2014**

**LOCAL: PALMAS – TOCANTINS**

A abertura dos trabalhos ocorreu às dezenove horas e quarenta e cinco minutos, no Tribunal Pleno do Palácio da Justiça Rio Tocantins, com a presença de vinte e seis Presidentes e representantes de Tribunais Estaduais. A solenidade teve início com a composição da mesa de honra pelas seguintes autoridades: Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil; Governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos; Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal; Senador Vicentinho Alves; Senador Ataídes de Oliveira; Deputado Sandoval Cardoso, Presidente da Assembleia Legislativa



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

do Estado do Tocantins; Prefeito Municipal de Palmas, Carlos Henrique Amastha; Procuradora-Geral de Justiça, Vera Nilva Álvares Rocha Lira; Defensor Público Geral do Estado do Tocantins, Marlon Costa Luz Amorim; Desembargador Eurípedes Lamounier, Desembargador Ronaldo Eurípedes; Desembargador Marco Villas Boas, Diretor Geral da Escola da Magistratura Tocantinense - ESMAT; Desembargador Daniel Negry, representando o Instituto dos Magistrados Brasileiros - IMB; Desembargadora Jacqueline Adorno, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Desembargador Luiz Gadotti, Corregedor-Geral da Justiça; Desembargador José de Moura Filho, Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Advogado Rubens Dário Lima Câmara, Vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Tocantins e Representante do Conselho Federal da OAB; Conselheiro José Wagner Praxedes, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Juiz João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Juiz Antônio Sbano, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES; e o Juiz Roniclay Alves de Moraes, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins - ASMETO. Ato contínuo, procedeu-se a entrada da bandeira nacional e, em seguida, dos Desembargadores Presidentes de Tribunais de Justiça dos estados brasileiros, pela respectiva ordem de precedência, e dos Desembargadores Marcus Antônio de Souza Faver e Desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar, membros da



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Comissão Executiva do Colégio de Presidentes. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, o Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre declarou aberto o Nonagésimo Oitavo Encontro do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. Por particular concessão do Presidente do Colégio, foi oportunizada a realização de atividades comemorativas alusivas aos 25 anos do Tribunal de Justiça tocantinense durante a solenidade, ocasião em que ocorreu o lançamento do vídeo institucional do Tribunal de Justiça em comemoração aos 25 anos e a entrega da Medalha "Jubileu de Prata", instituída pela Resolução nº 3, de 20 de fevereiro de 2014, para homenagear autoridades que contribuíram e contribuem para a justiça tocantinense. A Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, procedeu a outorga das medalhas às seguintes autoridades: Governador José Wilson Siqueira Campos, Ministro Ricardo Lewandowski, Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, Desembargador Marcus Antonio de Souza Faver, Desembargador Moura Filho, Desembargador Luiz Aparecido Gadotti, Desembargador Daniel Negry, Desembargadora Jacqueline Adorno, Desembargador Marco Villas Boas, Desembargador Ronaldo Eurípedes, Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier. Dentre as atividades comemorativas, houve também o lançamento do registro fotográfico dos 25 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, uma retrospectiva de importantes fatos que compõem sua história, com a entrega de um exemplar



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

para cada um dos integrantes da mesa de honra, bem como da Revista do Colégio de Presidentes. Em seguida, foi dada a palavra à Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, a qual enfatizou que a organização do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, além de um privilégio, é um grande desafio. Externou agradecimentos aos eminentes Presidentes das Cortes da Justiça Estadual que, em Alagoas, elegeram o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para a honrosa missão de sediar o 98º Encontro. Afirmou ser uma honra receber os Presidentes de todos os Tribunais de Justiça deste país, que nos próximos dias trabalharão em prol da cidadania e do aperfeiçoamento do judiciário brasileiro. Registrou especial agradecimento ao eminente Membro do Supremo Tribunal Federal Ministro Ricardo Lewandowski que, com sua presença abrilhantou o Encontro, compartilhando seu precioso tempo e notável conhecimento jurídico, afirmando ser uma honra para o Tribunal de Justiça e para o Estado do Tocantins recebê-lo nesse histórico momento para o Judiciário tocantinense. Agradeceu também a presença do Ilustre Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. João Ricardo Costa e, ainda, ao valoroso apoio do Governo do Estado, do Município de Palmas, do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, da Infraero e tantos outros colaboradores, cujas parcerias possibilitaram a materialização do Encontro. Externou agradecimentos a todos os membros do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e, em especial, aos servidores que se doaram com dedicação e afinco para a realização do evento. Discorreu sobre a atuação do Colégio Permanente de Presidentes, que desde a sua fundação, em 1992, se reúne



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

ordinariamente com o escopo de aprimorar o gerenciamento da Justiça brasileira e, principalmente, da prestação jurisdicional, promovendo a integração dos Tribunais de todo o território Nacional, possibilitando o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas, desenvolvendo estudos jurídicos de repercussão nacional, buscando uniformizar entendimentos, respeitada a autonomia e peculiaridades de cada Estado e região, escrevendo indubitavelmente, importantes páginas na história de consolidação do Poder Judiciário brasileiro. Enfatizou tratar-se de uma honra para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins sediar tão importante evento, no ano em que a Justiça tocantinense comemora seu Jubileu de Prata, afirmando que o Tribunal sempre pautou por uma atuação, além de jurídica, também social, sob o prisma da cidadania plena e respeito aos direitos humanos, de forma a solidificar os valores éticos e democráticos, sendo que magistrados e servidores muito contribuíram para a edificação da Justiça tocantinense, que ostenta a marca de uma judicatura sólida, construtiva e de vanguarda. Ressaltou as riquezas do Estado do Tocantins e sua gentil, trabalhadora e hospitaleira população. Referiu-se à sabedoria, articulação, experiência e destacada atuação do Desembargador Milton Nobre no judiciário nacional, fatores determinantes para a condução dos trabalhos do 98º Encontro. Invocou a proteção de Deus para que os participantes fossem iluminados durante os próximos dias e para que as deliberações e resultados do encontro fossem altamente produtivos. Finalizou citando a poetisa Cora Coralina: *"Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade."* Na sequência, o Desembargador Milton Augusto de Brito



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Nobre fez seu pronunciamento. Inicialmente, cumprimentou as autoridades presentes, afirmou que com seu discurso inaugurava a Presidência do Colégio de Presidentes. Agradeceu a Desembargadora Ângela Prudente pela calorosa acolhida e por aceitar o convite de sediar este encontro; ao Ministro Ricardo Lewandowski, ao Juiz João Ricardo, e à Ministra Carmem Lúcia, cuja presença é esperada para o segundo dia do encontro, por terem aberto espaço em suas congestionadas agendas para estarem aqui conosco; e aos colegas Presidentes pelo apoio demonstrado aos trabalhos do Colegiado, com a presença quase unânime nesse momento em que se festeja o jubileu de prata do Tribunal de Justiça Tocantinense, significativo aniversário de uma Corte de Justiça, que é indicativo da consolidação de um grande acerto e experiências concretas na prática da prestação jurisdicional, cuja continuidade eficiente só pode ser alcançada com um denodado esforço e a devotada dedicação dos magistrados que a integram. Manifestou, ainda, seu reconhecimento e homenagem do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, aos Desembargadores, Magistrados, servidores do Tribunal de Justiça, membros do Ministério Público, Advogados e Defensores Públicos sem os quais a efetividade da Justiça em favor do povo deste Estado inexistiria. O Presidente fez uma reflexão sobre o futuro da carreira da magistratura e teceu considerações sobre o que se passa nos bastidores de tão desestimulante realidade; referiu-se ao cenário atual que enseja desestímulo a magistratura e



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

que tem dentre as suas mais notórias consequências: o desinteresse no ingresso com a evasão de profissionais para outras carreiras jurídicas mais atrativas, sendo desta reflexo os pedidos de exonerações de juízes e aposentadorias precoces, criando vagas que os tribunais não conseguem preencher facilmente. Acentuou a imperiosa importância de se meditar sobre o futuro da carreira da magistratura. Afirmou que a falta de estímulo ao ingresso e permanência na judicatura, tem como principal motivo a existência de um mercado de carreira jurídicas que se tornaram bem mais atrativas, na medida em que impõem menos restrições sociais, asseguram mais liberdade de exercício, com menor responsabilidade e maior remuneração. Registrou que a magistratura, diante dessa concorrência, tornou-se um caminho espinhoso, difícil e que começa a ficar menos procurado, citando, como exemplo, os oficiais de serventias extrajudiciais, cuja função exige menos responsabilidade, não tem limite temporal para aposentadoria e oferece rendimentos, em alguns casos, dezenas de vezes superiores ao dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Mencionou, ainda, os Procuradores de estados e municípios, os quais percebem além da remuneração honorários, podendo, também exercer, concomitantemente, a advocacia liberal, afigurando-se muito mais compensador, do que ingressar na magistratura, sobretudo na magistratura estadual, que obriga longo período de residência nos mais longínquos rincões do país. Ressaltou que o modelo remuneratório se revela um forte fator a impelir o



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

desinteresse pela carreira, na proporção em que desvaloriza a experiência acumulada, em decorrência dos anos de exercício, uma vez que não a considera para fins remuneratórios. Esclareceu que são poucos os níveis em que se organiza a carreira da magistratura e, chegando à última entrância na magistratura estadual, ou à titularidade na justiça federal e do trabalho, como a promoção para os tribunais regionais e federais e regionais do trabalho ou acesso aos tribunais de justiça são vias estreitas, há na prática um longo período em que os juízes mais antigos percebem a mesma remuneração auferida pelos mais novos, contribuindo para o desestímulo e desencanto, tornando o ingresso e a permanência no judiciário menos atraente. Essa realidade exige uma ampla, profunda e urgente reflexão sobre o futuro da carreira da magistratura, objetivando evitar que os tribunais enfrentem, em breve, um gravíssimo problema para preenchimento das vagas de juízes. Reiterou seu agradecimento pela presença de todos e o reconhecimento pela acolhida gentil, parabenizou aos integrantes da magistratura tocantinense pelos 25 anos e agradeceu aos conferencistas que participarão deste evento. Em seguida, o Ministro Ricardo Lewandowski iniciou seu pronunciamento cumprimentando a Desembargadora Ângela Prudente, estendendo seus cumprimentos aos demais desembargadores, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça Tocantinense; ao Governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos, ressaltando a sua atuação como constituinte de 1988 e fundador deste Estado; ao



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Desembargador Milton Nobre; aos representantes do poder legislativo presentes na solenidade, afirmando o seu apreço pela classe política, reconhecendo e valorizando o trabalho daqueles que buscam voto junto aos cidadãos. Falou da beleza da cidade de Palmas e parabenizou ao Prefeito Municipal, cumprimentando aos demais membros da mesa de hora. Externou seus agradecimentos aos demais membros da mesa de honra, sentindo-se honrado por haver sido aquinhoadado com a medalha de 25 anos do Tribunal de Justiça. Reafirmou a contribuição do Poder Judiciário para a consolidação deste progressista estado da federação brasileira, dizendo sentir-se feliz e envaidecido por haver recebido esta medalha neste 98º encontro dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, disse sempre ter valorizado estes encontros, onde se reúnem os chefes de poderes dos entes federados, para troca de experiências, discussão de problemas comuns e a disseminação das boas práticas, tendo certeza dos resultados frutíferos que contribuirão para o avanço do Poder Judiciário brasileiro. Observou que o Brasil é um país de dimensões continentais, multicultural, de riquezas imensuráveis, um país cordial, onde as pessoas vivem de forma harmoniosa, sobretudo, se comparado ao cenário internacional, sendo o estado do Tocantins um exemplo da pujança desse país. Afirmou que o país vive uma democracia estável, um ambiente de paz e prosperidade apesar da ainda persistente e lamentável desigualdade social que espera seja superada dentro em breve. Ressaltou o crescimento econômico brasileiro, fruto do



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

esforço de toda a sociedade, a manutenção da taxa de inflação, a redução da taxa de desemprego e a inclusão de cerca de 30 milhões de brasileiros no mercado de consumo, mesmo diante do cenário mundial de difícil superação. Asseverou que os 18 mil magistrados brasileiros tem contribuído efetivamente para o cenário de sucesso verificado no Brasil. Esclareceu que o Poder Judiciário, além de resolver problemas intersubjetivos, mergulhou decisivamente na importante missão de resolver os grandes problemas da coletividade; afirmou que o Judiciário procurou em todos os seus níveis, dar concreção aos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna, missão que vem sendo cumprida com muita disposição no dia-a-dia dos magistrados. Observou, ainda, que os juízes fizeram uma verdadeira revolução na forma de como fazer justiça, passaram a extrair o direito não mais apenas das regras positivadas, mas a partir dos princípios basilares enunciados na Constituição Federal, dentre os quais citou o princípio republicano, democrático, federativo, da isonomia, legalidade, razoabilidade, eficiência, se propuseram, mesmo ante a inexistência de regras expressas, a fazer justiça a partir desses paradigmas. Passaram a atuar no plano das políticas públicas, colaborando com os demais poderes, ressaltando a atuação na área da saúde, meio ambiente, crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades, portanto, a magistratura passou a ser um dos grandes responsáveis pelo sucesso do país hoje no plano internacional, nos campos econômico, social, cultural e político,



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

tendo em vista que há vinte e cinco anos temos no país uma democracia sólida, com eleições regulares, com representantes eleitos livremente pelo povo brasileiro. Concluiu, afirmando que não obstante a importantíssima colaboração que o Poder Judiciário e os juízes brasileiros tem prestado à nação, não estão recebendo a devida atenção aos magistrados, os quais estão se sentindo desvalorizados e desestimulados. Ressaltou a lamentável fuga de valores, sobretudo de jovens valores para outras categorias funcionais e profissionais, situação que deverá ser revertida, devendo ser impostos os predicamentos da magistratura em toda sua grandeza com a reafirmação das prerrogativas da inamovibilidade, vitaliciedade, mas principalmente, da irredutibilidade de vencimentos. Enfatizou que há mais de sete anos a magistratura brasileira não tem atualizado seus vencimentos. Destacou que não existe mais carreira no Poder Judiciário e, fazendo um apelo aos senadores presentes, afirmou que a Emenda Constitucional nº 63 restabelecerá em parte os prejuízos sofridos pela magistratura, reintroduzindo na carreira o chamado adicional de tempo de serviço, que vem causando tão graves distorções no Poder Judiciário. Finalizou dizendo que sem uma magistratura forte não há democracia, não existem instituições republicanas, nem estarão assegurados os direitos fundamentais. Encerrada a palestra, seguiu-se a apresentação do artista local Genésio Tocantins, com a música "Hino ao Tocantins". Depois de agradecer aos presentes, o Desembargador Milton



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Augusto de Brito Nobre declarou encerrada a solenidade às vinte e uma horas e dezessete minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia seguinte, a reunião teve início com a apresentação de um vídeo institucional sobre o Estado do Tocantins, abrindo as atividades técnicas relacionadas no programa do encontro. O Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre abriu os trabalhos justificando a ausência da Ministra Cármen Lúcia que, embora tenha se esforçado, não conseguiu se fazer presente aos trabalhos, tecendo considerações a respeito dos elementos da PEC 63 e outros pontos de interesse do Colégio Permanente de Presidentes, passando a palavra ao Juiz João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da AMB, que deu início a sua palestra sobre o "Papel do Judiciário no Litígio Contemporâneo", pontuando a necessidade de se buscar o resgate das muitas perdas que a classe sofreu com o passar dos tempos, alinhando forças para o enfrentamento de questões importantes para o Poder Judiciário e para a sociedade, o que é parte do compromisso assumido com a classe. A importância de buscar melhorias para o Poder Judiciário, sobretudo em relação às condições de trabalho dos Magistrados, revela a necessidade de se buscar maior unidade e valorização da magistratura, conduta que faz parte do compromisso assumido pela AMB e que será buscada em parceria com os Tribunais de Justiça Estaduais. Esse trabalho começou a partir da observação da visão que os parlamentares possuem da carreira da Magistratura, asseverando que o momento é importante



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

e de construção de um conceito que se alinhe aos anseios da classe, objetivando o fortalecimento da carreira. Embora a boa relação política da AMB com os segmentos do Governo, ela ainda precisa ser aprimorada e reforçada, o que demanda o preparo da classe para o enfrentamento das dificuldades que possam advir dessa luta pela preservação dos interesses da classe, mostrando-se de fundamental importância a manutenção do diálogo entre o movimento associativo e os tribunais. O foco do movimento é o restabelecimento da carreira da magistratura, lutando pela garantia constitucional dos adicionais de tempo serviço, devendo ser estabelecido o direito, para, posteriormente adequar os orçamentos, o que levou a associação a procurar o Conselho Nacional de Justiça e, debruçando-se nesse processo e com base em seus arrazoados, acabou por mudar a posição do CNJ. O orçamento não deve ser tido como um obstáculo para a implementação dos direitos da magistratura, mostrando-se de fundamental importância que a questão orçamentária seja superada e que haja espaço para evolução nesse sentido. Em razão do período eleitoral e a tramitação do processo legislativo, o momento é de tentar fazer avançar ao máximo a tramitação da PEC 63 nas casas legislativas, focando na paridade e no resguardo do direito dos magistrados aposentados e dos pensionistas, cujo tema foi objeto de substitutivo apresentado pela AMB, uma vez que o projeto inicial excluía os inativos e pensionistas. Apontou que a AMB teve a oportunidade de participar de audiência pública em que



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

se discutia a valorização da magistratura, apresentando várias sugestões com foco nas políticas nacionais em relação ao Poder Judiciário Brasileiro, tecendo críticas bastante incisivas no tocante ao papel do CNJ no decorrer de sua existência, sem intenção de romper com aquele órgão, mas entendendo que o CNJ pouco tem feito para melhorar o Judiciário Brasileiro e que a sua popularidade tem causado uma litigiosidade insuportável, sob uma ótica bastante equivocada, uma vez que a imagem que a sociedade tem do CNJ é de um órgão correicional. A AMB apresentou ao CNJ proposta de criação de órgão de diagnóstico do litígio, visando proteger o sistema judicial brasileiro do uso predatório da justiça, entendendo que este é um dos maiores problemas do judiciário hoje no Brasil, porque somente dessa forma é que poderá identificar os gargalos do Poder Judiciário, pensando na melhor forma de aplicação dos recursos orçamentários. Os números colhidos demonstram a evolução dos litígios no país, que avança geometricamente em relação à diminuição orçamentária que assola os tribunais. É necessário o levantamento do custo que cada um dos grandes litigiosos do país geram para o Judiciário, de modo a possibilitar a adoção de políticas tendentes a alcançar as melhorias de que o Judiciário precisa. Hoje o judiciário trabalha pensando mais em métodos para desafogar a máquina e menos naquilo que é da essência da sua existência e atuação. E isso é causado pela concepção que o CNJ tem do funcionamento do Judiciário, o que demanda a adoção de um diálogo muito franco com as demais



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

instituições, no sentido de conscientizá-las dessa falsa impressão e do impacto que causa na sociedade. O problema não está apenas na sociedade, está na política nacional. E o Judiciário precisa focar a sua atuação onde a sociedade necessita, evitando os processos que estão consumindo o orçamento dos tribunais. Enfatiza a necessidade de união da classe em torno da luta pela manutenção da garantia da vitaliciedade, ameaçada pela PEC 63 e que entende não ser fruto da concepção de pessoas corretas e comprometidas com o judiciário e com a sociedade. Finaliza a sua fala colocando-se à disposição de todos os tribunais para troca de informações e levar adiante a construção desses ideais. O Desembargador Marcus Faver acentuou a necessidade de apoiar a nova gestão do STF no enfrentamento das questões de interesse da magistratura. Deve haver uniformidade na conversa da classe com os senadores, conscientizando-os acerca das mudanças que a PEC 63 acarretará para a sociedade brasileira e as distorções que ocorreram com a implementação do subsídio, forma equivocada de remunerar as carreiras organizadas por hierarquia. O Presidente do TJRS, Des. José Aquino, pontuou que a maior dificuldade a ser enfrentada na tramitação da PEC será na questão da equiparação entre ativos e inativos e na demonstração da necessidade de valorização do tempo de serviço. O Des. Milton Nobre acrescentou, ainda, a necessidade de demonstrar para os parlamentares os motivos pelos quais muitos magistrados estão deixando a magistratura e, com isso, desassistidas muitas comarcas, bem como da diferença



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

existente entre carreira jurídica e carreira de Estado, que não se confunde com a carreira do Defensor, do Procurador e outras classes. Esse é um dos resultados nefastos que a desvalorização da magistratura causa para a sociedade. O Presidente do TJPR, Des. Guilherme Gomes, acentuou que é importante definir qual o próximo passo da classe em reação à PEC e lembrar que está sendo trabalhado um substitutivo. O Juiz João Ricardo pontuou que deve-se, ainda, focar a atenção para a EC 45, que submetem à carreira da magistratura compromissos maiores dos que já possuíam, gerando instabilidade para o sistema, desestímulo e desinteresse pelo exercício da carreira. A Presidente do TJPB, Desa. Fátima Cavalcanti, parabenizou o Juiz João Ricardo pela explanação, sobretudo, quando asseverou que o CNJ tem sido visto como órgão de moralização de uma instituição desmoralizada, questionando a necessidade de ampliação da representação da classe da magistratura na composição do CNJ. O Presidente do TJMS, Des. Joenildo Chaves colocou a necessidade de explanação dos pontos da PEC 63 para que os tribunais mantenham contatos com seus senadores e mantenham uniformes os discursos. O Des. Milton Nobre se comprometeu a redigir uma nota técnica e enviar para os tribunais. O Des. Luiz Gadotti, Corregedor-Geral da justiça do Tocantins, asseverou a importância de trabalhar as questões atinentes à imprensa nesse processo de tramitação da PEC 63, sobre o modo como serão noticiados os fatos, as discussões e as reais intenções do Poder Judiciário. A Presidente do TJRJ, Desa.



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Leila Mariano, elogiou a atuação do Presidente da AMB na defesa dos interesses da magistratura e de todos os tribunais. A reunião entrou em breve recesso para visita à sede do Governo do Estado do Tocantins, a convite do Governador Siqueira Campos. Retomando os trabalhos, às 14h40min, foi dada a palavra ao Presidente do TJAL, Des. José Carlos Malta, o qual cumprimentou a todos os presentes e demonstrou satisfação com a palestra do Juiz João Ricardo, que abordou a unificação das carreiras jurídicas, o que considera importante na junção de forças neste movimento diante da tramitação da PEC 63. Demonstrou preocupação com relação às questões conflitantes com os interesses da magistratura estadual, indagou como a situação estaria sendo conduzida no âmbito das associações. Acentuou que em outros encontros não viu a presença de Senadores locais, o que foi diferente neste encontro no Tocantins, em que se fizeram presentes dois Senadores, o que demonstrou a força política local. Questionou se os tribunais estariam desobrigados em relação à lei de responsabilidade fiscal no tocante às questões de ordem orçamentária referente às despesas com pessoal. Questionou também qual é a posição do Governo Federal em relação à Emenda Constitucional que trata da aposentadoria. O Juiz João Ricardo, em resposta às colocações do Des. Carlos Malta, enfatizou que em relação à questão eleitoral, não há o que se discutir, porque não se tem problemas na Justiça Eleitoral Brasileira e as atenções devem voltar-se para a Justiça Estadual, que se investe das funções eleitorais. Se essa discussão



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

for iniciada, somente vai contaminar as relações e o trato dos interesses da Justiça Estadual, neste momento em que se deve trabalhar a convergência de interesses para o bem da classe, “uma vez que nós temos o poder e precisamos saber exercitá-lo, pois dispomos de força política e devemos mostrar isso para a sociedade”. No tocante à área econômica, a lei de responsabilidade afigura-se como um caminho sem volta, mas tem que ser trabalhada a questão tributária e as políticas de isenções fiscais e de renúncia, as quais ocorrem sem nenhuma transparência por parte do Governo, altamente questionável diante da tripartição dos Poderes, o que acaba por comprometer o orçamento dos outros Poderes. Com isso, o Judiciário acaba recebendo muito menos do que devia. No que tange à posição do Governo em relação à PEC, acentuou que a AMB tem que levar adiante o processo de tramitação da PEC 63. Em seguida, o Presidente do Colégio Permanente agradeceu a presença do Juiz João Ricardo que, com seus conhecimentos e grande desenvoltura à frente da AMB, abrilhantou a reunião no dia de hoje, recebendo das mãos da Desembargadora Ângela Prudente, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, uma placa de homenagem e o certificado de participação. O Desembargador Milton Nobre fez a entrega de Diploma e *bottom* do Colégio Permanente aos demais Presidentes, solicitando a todos que o utilizem. A Desa. Luzia Nadja agradeceu à Desa. Ângela Prudente pelo caloroso acolhimento e entregou a todos uma lembrança do TJPA, em acolhida pelo



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

próximo encontro que ocorrerá em Belém-PA. Em seguida, a Des. Ângela Prudente fez uma breve explanação acerca do Sistema Processual e-Proc/TJTO, passando-se à exibição de vídeo informativo acerca dessa ferramenta processual. O Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, cumprimentando a todos os presentes, apresentou breve relato das perspectivas da Administração do Tribunal com relação ao e-Proc, implantado após convênio com o TRF da 4ª Região sem custo para o Tribunal de Justiça e com 100% dos processos novos em meio eletrônico, com o processo de digitalização dos processos físicos em fase adiantada de conclusão. O Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, Rogério Nogueira de Souza, apresentou aspectos técnicos do sistema processual eletrônico, com software totalmente livre, sem custos de aquisição, simples, de fácil adaptação e interoperável, em obediência do Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, com recursos, inclusive, para ser operado por deficientes visuais e auditivos, ferramentas essas desenvolvidas e implantadas pelo próprio TJTO. Para fazer com que a ferramenta permaneça integralmente disponível e de forma segura, foi implantado o Ambiente de Alta Disponibilidade. Em continuidade à apresentação, o Juiz Rafael Gonçalves de Paula, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Palmas e membro da Comissão Auxiliar do e-Proc, acentuou a facilidade de utilização do sistema e a possibilidade de racionalização do tempo de trabalho, tanto dos Magistrados como dos Servidores, propiciando maior celeridade ao



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

andamento processual. O Juiz Luis Otávio de Queiroz Fraz, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas, complementando a apresentação do e-Proc, pontuou a facilidade e a rapidez com que as rotinas cartorárias são realizadas, tornando mais célere o andamento processual e otimizando os recursos humanos e de tempo disponíveis, mantendo o controle estatístico eficiente da Vara. Discorreu sobre a mais nova ferramenta do sistema, implantada há cerca de 15 dias, denominada pré-análise, destinada a promover maior eficiência no trato das rotinas entre o Magistrado e sua assessoria jurídica, permitindo que o Juiz analise a produção da assessoria e, em seguida, assine digitalmente os atos processuais, dando aos feitos os impulsos necessários. O Des. Milton Nobre acentuou que o CNJ está forçando o discurso sobre a necessidade dos sistemas processuais brasileiros “conversarem” entre si, tentando forçar a utilização do PJe, com dificuldades já encontradas em alguns tribunais, e que o sistema processual do Tocantins tem atendido a contento as necessidades do Poder Judiciário. O Presidente do TJRS, Des. José Aquino, acentuou que a apresentação do e-Proc demonstrou que este sistema está em condições de interoperabilidade com outros sistemas processuais, inclusive o PJe, mas que o TJRS está desenvolvendo, paralelamente, uma ferramenta processual eletrônica, pois houve dificuldade de trabalhar com o PJe, motivo pelo qual tem sido resistente. A Juíza Auxiliar da Presidência do TJTO, Silvana Parfieniuk, comentou acerca da solicitação feita ao CNJ, de



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

relativização da obrigatoriedade de migração para o PJe, estando no aguardo de resposta, mas que caso seja obrigatória a migração, isto poderá ser feito a um clique. O Presidente do TJSC, Des. Nelson Schaeffer, noticiou que aquele tribunal, a exemplo de outros tantos, há 17 anos utiliza o sistema e-SAJ, e a migração para o PJE alterará a estrutura existente, gerando desperdício do investimento de oito milhões já realizado, além do tempo necessário para implantação deste novo sistema. Solicitou ao Presidente Milton Nobre que interceda junto ao CNJ para a solução do problema. O Des. Milton Nobre discorreu sobre a necessidade de o Colégio construir a posição dos Tribunais, defendendo a manutenção dos sistemas já implantados pelos tribunais, tendo em vista os investimentos já realizados. O Des. José Olegário, Presidente do TJBA, noticiou que não teve boas experiências com a implantação do e-SAJ e atualmente os próprios técnicos daquele tribunal já estão estudando a implantação do PJe. Indagou sobre a comunicação entre as comarcas e sobre o funcionamento no 2º Grau, considerando as distâncias envolvidas. O Presidente do TJMG, Des. Joaquim Herculano, pontuou que já está utilizando o PJe e até o final do ano já estará implantado em todo o Judiciário Mineiro. O Des. Orlando Perri, Presidente do TJMT, asseverou a impossibilidade de se adotar o PJe no estágio em que se encontra, uma vez que o referido sistema, sequer, emite relatórios. O Presidente do TJSP, Des. Armando Toledo, informou que já realizou investimentos com a implantação do sistema eletrônico, o que não



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

pode ser desconsiderado, afirmando a impossibilidade de cumprimento da Resolução nº 185 do CNJ. O Presidente do TJRN, Des. Aderson Sousa, informou que até o mês de dezembro deste ano terá implantado em todo o Judiciário o PJe. A Presidente do TJRJ, Desa. Leila Mariano, noticiou que utiliza um sistema próprio, acentuando que o PJe não absorve o passivo processual do tribunal, o qual também tem que fazer parte da massa, o que demandaria um altíssimo custo, sem suporte orçamentário. A Presidente do TJRJ noticia que o tribunal já está com consultoria para avaliar a possibilidade de implantação de ferramenta que possibilite a comunicação do sistema processual daquele Tribunal ao PJe. Os debates em torno do tema se afunilaram no sentido de buscar a suspensão da obrigatoriedade imposta pelo CNJ, de utilização do PJe. A Presidente do TJPA colocou a possibilidade de elaboração de expediente dirigido ao Conselho Nacional de Justiça externando essas questões. Os trabalhos foram suspensos por quinze minutos. Retornando, o Des. Milton Nobre informou que a discussão versaria sobre orçamento, pontuando que essa questão deveria ser levada ao CNJ. Esclareceu que a desoneração das exportações é feita sobre os impostos, prejudicando os Estados. Ao final, sugeriu que fosse montado um grupo de trabalho em cada tribunal para verificar a situação do respectivo Estado, identificando qual o reflexo das isenções concedidas no orçamento do Poder Judiciário, com a finalidade de produzir um documento que nacionalize a discussão. O Presidente do Colégio Permanente



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

propôs a reestruturação da Comissão Executiva, avançando as ações do Colégio de Presidentes, com rodízios entre os Estados da Federação, solicitando aos presentes que indiquem um juiz e um técnico em matéria de orçamento para estudar a situação dos tribunais que estão enfrentando esse tipo de problema orçamentário e definir um local para centralização dessas discussões, com a finalidade de resguardar a autonomia dos tribunais. Solicitou que não enviem apenas técnicos nas reuniões do CNJ, mas também magistrados, com o objetivo de criar *expertises* na magistratura e reforçar o enfrentamento da matéria naquele Órgão. A Presidente do TJRJ provocou o Colegiado no sentido de envidar ações objetivando buscar soluções para o grande volume de depósitos judiciais confiados ao Banco do Brasil, sobretudo, visando à melhoria da contrapartida entregue por aquela Instituição Financeira. O Presidente do TJPR sugeriu que cada Estado faça o levantamento do quanto é depositado e dispendido pelas instituições financeiras responsáveis pela administração dos depósitos judiciais, objetivando subsidiar o encaminhamento de expediente ao CNJ. Nesse ponto o Des. Milton Nobre sugeriu a formação de um grupo de estudos para aprofundar o enfrentamento dessa questão e, assim, dirigir-se ao CNJ. Os trabalhos do dia foram encerrados às 18 horas.

No terceiro e último dia do Encontro, a programação teve início às nove horas e quinze minutos, a reunião foi aberta com as considerações iniciais do Des. Milton Nobre, em seguida a Desa.



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Ângela Prudente apresentou o palestrante, Consultor Rogério Leme, Diretor de Desenvolvimento Organizacional da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Gestão 2013-2015, que ministrou a palestra sobre o tema: “Gestão por competência sob o olhar da Minuta de Resolução do CNJ”. Explanou que nunca atuou como servidor público, mas entende que não é possível aplicar questões da esfera privada no setor público. O STJ foi a primeira instituição a adotar um modelo de gestão pública. Discorreu sobre seu livro *Gestão por Competência*. Indagou como superar os desafios da produtividade, dimensionamento da força de trabalho e de desemprego com um modelo de gestão de pessoas por competências para o setor público. Afirmou que o modelo de gestão de pessoas deve ser desenvolvido sob quatro pilares: transparência, justiça, meritocracia e foco no desenvolvimento do servidor. Devendo ficar claro o que a instituição espera do servidor, no entanto, a instituição não ensina o trabalho que o servidor irá desempenhar. A falta de identificação das habilidades leva ao desestímulo do servidor, sendo preciso organizar o trabalho. O servidor quer ser valorizado por sua contribuição, havendo a necessidade de desenvolver ações que identifiquem as habilidades do servidor. Faz-se necessário a construção de uma base sólida, de um alicerce seguro, focando na produtividade e desempenho do servidor. Ressaltou a necessidade de focar na organização do trabalho, no desenvolvimento das pessoas para ter produtividade e dimensionamento das forças de trabalho. Para otimizar o



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

dimensionamento da força de trabalho é necessário pensar em processo e realizar o seu mapeamento é um desafio e, para tanto, desenvolveu o mapa de atribuições por produto, realizando questionamentos sobre: quais os produtos que as unidades devem entregar; quais as competências que o servidor precisa possuir para dominar aquela atribuição. Evidenciou que o serviço público não trabalha com a competência do servidor e sim, com a falta de competência, devendo o trabalho ser organizado para atender a demanda e obter maior produtividade. Afirmou ser fundamental que todos os servidores de um dado setor, conheçam suas atribuições e o tempo para desenvolver essas atividades. É importante haver um modelo de gestão por desenvolvimento de competências, levando em consideração o conhecimento, a habilidade e a atitude. A avaliação de competência não é avaliação de desempenho e na estrutura administrativa devem ocorrer ambas. Competência é a matéria prima para gerar o desempenho. A avaliação do desempenho implica perspectivas de competência técnica (conhecimento), comportamento (modo de agir), resultado (alcance das metas) e responsabilidade (competência, no sentido jurídico). Todas essas perspectivas geram o cálculo do coeficiente de desempenho do servidor - CDS, que identifica a efetiva entrega do servidor ao Tribunal e determina a referência para se trabalhar a meritocracia e pode ser utilizado para nortear as políticas de recursos humanos, inclusive a premiação por desempenho. Esse modelo gera para a instituição uma gestão de pessoas estruturada



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

e compartilhada e permite a identificação dos *gap's* (necessidade de treinamento) de cada membro da equipe, potencializando o desempenho da equipe, pontos fortes a desenvolver, traçando a trilha de desenvolvimento, fortalecimento do sentido de meritocracia, transparência e justiça, impactando no clima organizacional. Finalizou, enfatizando que todo órgão deve primar pela integração das ações desenvolvidas em dado setor, objetivando garantir, na ausência de determinado servidor, a efetividade dos serviços prestados pelo Tribunal. O Presidente do Colégio parabenizou o palestrante pela brilhante e didática apresentação, que abordou um dos grandes problemas da Administração nos Tribunais e indagou sobre a limitação referente à substituição de servidor, e em relação aos cargos comissionados. O Dr. Rogério Leme afirmou a necessidade de um processo de estruturação e normatizar o que deve ser feito, propiciando a identificação das habilidades e competências. A Presidente do TJRJ, Desa. Leila Mariano, informou que o tribunal não consegue avançar na gestão por competência, embora já tenha iniciado este processo. O palestrante esclareceu que na maioria das vezes, a metodologia aplicada dificulta a realização desse trabalho. O Vice-presidente do TJPE, Des. Leopoldo Raposo, explanou sobre a situação verificada em seu Tribunal, detalhando a ausência de manuais de rotina nas unidades judiciárias e a importância de se realizar um diagnóstico e definir a metodologia de trabalho. O palestrante reafirmou que reestruturar e sistematizar é



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

fundamental. Em seguida, a Desembargadora Ângela Prudente entregou ao Palestrante uma placa em homenagem pela relevante explanação no 98º Encontro, juntamente com certificado de participação. Ato contínuo o Presidente do Colégio de Presidentes enfatizou acerca da necessidade dos estudos sobre a sonegação de recursos para os Tribunais, solicitando aos presentes que passem, já na próxima semana, para a Comissão composta pelos Tribunais de Justiça de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, dados sobre a realidade local a respeito desse relacionamento inter-institucional e se há problemas de evasão de recursos em decorrência de desonerações fiscais pelos Governos, a fim de apresentar o diagnóstico ao CNJ. Outro ponto, relativo ao problema do processo eletrônico dos Estados com o PJe em andamento e outros com outros sistemas já implantados ou em desenvolvimento, cuja paralisação ocasionaria grande perda de recursos, solicitando que na próxima semana encaminhem-lhe por e-mail informações desses detalhes, a fim de propiciar a realização de reunião que solicitará com o Presidente do CNJ, Ministro Joaquim Barbosa, para apresentação das realidades dos Tribunais e, na melhor oportunidade, buscar solução para essas questões. Agradeceu à Desa. Tânia Vasconcelos, Presidente do TJRR, pelas lembranças entregues a todos os presentes, dirigindo-se ao Desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar, para dizer que dele não se despedirá hoje e que é convidado especial do Colégio para estar presente em Belém, no 99º Encontro, com a



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

incumbência de falar sobre a história deste Colégio. O Presidente do TJAP falou sobre a sua trajetória no Colégio e da intenção de propor a instituição e entrega de comenda, sugerindo o nome do Desembargador José Fernandes, pessoa abnegada e que deu vida a este Colégio, ocasião em que o Des. Milton Nobre vislumbrou a dificuldade de atribuição de nome de pessoa viva, apresentando proposta substitutiva de instituição de prêmio, devendo ser pensado o tipo de compensação e a atribuição do nome do Des. José Fernandes. O Des. Caio Otávio pontuou que seria interessante a indicação do nome do Des. José Fernandes, homem respeitável que ajudou a criar este Colégio. Com essas considerações o Presidente do Colégio encarregou o Des. Caio de entrar em contato com o Des. José Fernandes para consultá-lo acerca da intenção de criar o prêmio ou comenda, para obter sua aquiescência. O Des. Marcus Faver sugeriu criar duas comendas: Des. Odir Porto e Des. José Fernandes, como forma de homenagear esses grandes batalhadores pelo Poder Judiciário, cuja proposta fora encampada pelo Des. Milton Nobre. Em seguida, foi colocada em discussão as questões atinentes aos problemas que alguns Tribunais tem enfrentado com relação ao pagamento de honorários pela defesa dos interesses do Colégio e, conseqüentemente, dos Tribunais e do Poder Judiciário em ações judiciais em tramitação no STF e demais despesas com o regular funcionamento do Colegiado, oportunidade em que foram apresentadas as necessidades institucionais, ressaltando existir previsão legal para referidas despesas, em



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

conformidade com a Lei nº 8.666/93, cujo procedimento contou, inclusive, com o posicionamento favorável do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em situação análoga vivenciada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado. O Des. Marcus Faver explanou que, devido à sua composição, o CNJ não atende as demandas da Justiça Estadual. Voltando à discussão sobre a comenda, o Des. Carlos Malta acentua que não faz qualquer restrição às homenagens, mas ressalta a necessidade de adoção de critérios, o que teve a anuência dos Des. Marcus Faver e Des. Milton Nobre, sendo que este se dispôs a se inteirar do assunto para elaborar um regulamento. Concluiu, informando que o próximo encontro será no Pará, nos dias 05, 06 e 07 de junho do corrente ano. O Des. Caio afirmou que foi uma honra receber a comenda do Estado do Pará e poder servir ao Colégio de Presidentes, sendo aplaudido pelos demais. Ao final, foi aprovada a Carta de Palmas, encerrando-se o encontro às 12h15min. E para tudo constar, foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelo Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, Presidente da Comissão Executiva, pelo Desembargador Caio Otávio Regalado de Alencar e pela Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Des. **MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE**  
Presidente da Comissão Executiva



*98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes  
de Tribunais de Justiça do Brasil*

Des. **CAIO OTÁVIO REGALADO DE ALENCAR**  
Membro da Comissão Executiva

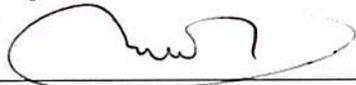
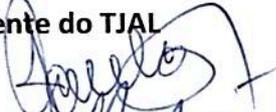
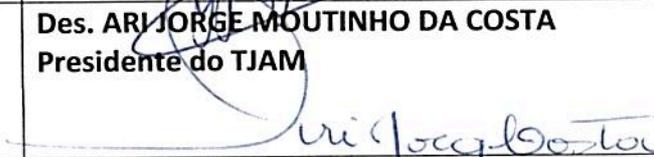
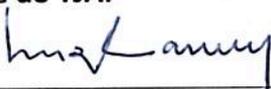
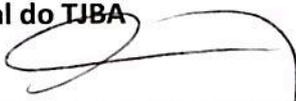
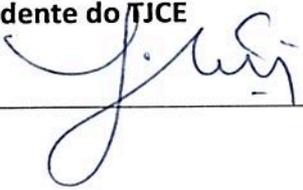
Desa. **ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE**  
Presidente do TJTO

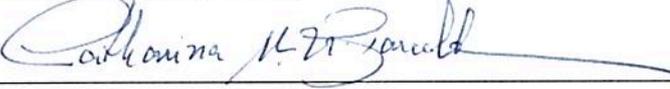
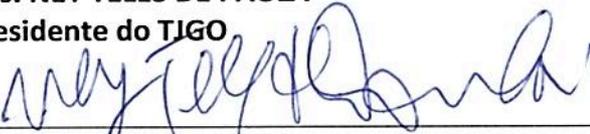
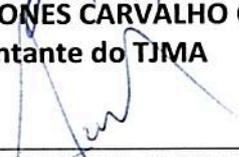
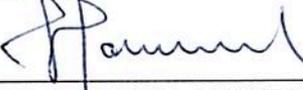
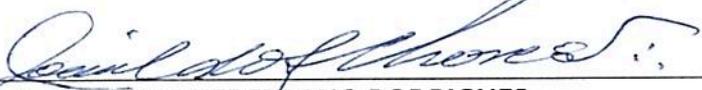
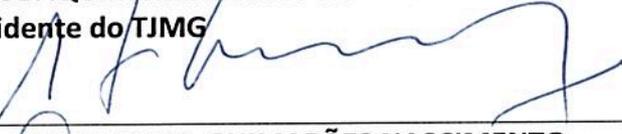
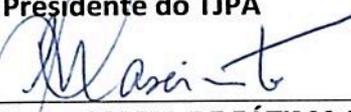
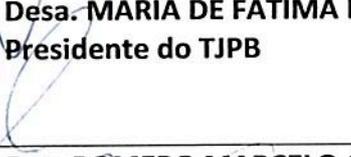
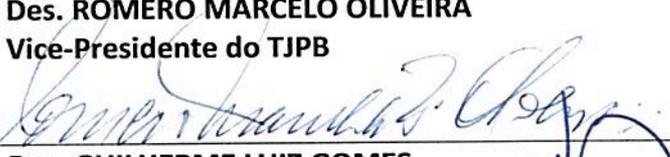
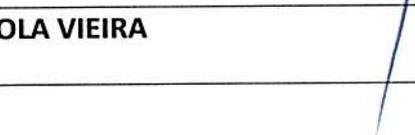
Segue anexa a Lista de Presença dos participantes do 98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

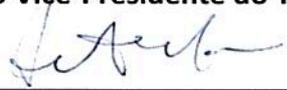
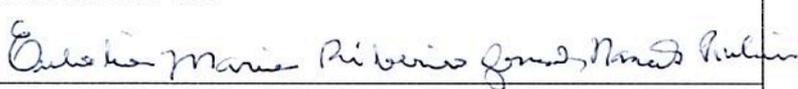
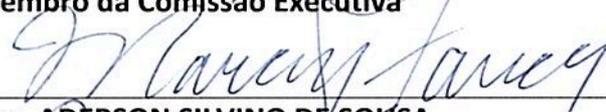
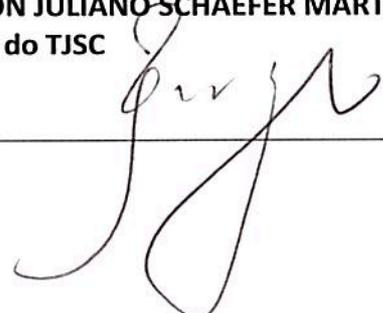


ENCONTRO DO COLÉGIO  
PERMANENTE DE PRESIDENTES  
DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA  
**DO BRASIL**  
PALMAS-TOCANTINS 27 A 29 DE MARÇO DE 2014

## LISTA DE PRESENÇA

ESTADOS	PRESIDENTES ou REPRESENTANTES
COLÉGIO DE PRESIDENTES	Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça 
ACRE	Des. ROBERTO BARROS DOS SANTOS Presidente do TJAC
ALAGOAS	Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES Presidente do TJAL 
	Des. FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA 
AMAZONAS	Des. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA Presidente do TJAM 
AMAPÁ	Des. LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS Presidente do TJAP 
BAHIA	Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS Corregedor-Geral do TJBA 
CEARÁ	Des. FRANCISCO LINCOLN ARAUJO E SILVA Vice-Presidente do TJCE 

DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS	Des. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA Membro da Comissão Executiva e representante do TJDFT 
ESPÍRITO SANTO	Desa. CATHARINA MARIA NOVAES BARCELLOS Vice-Presidente do TJES 
GOIÁS	Des. NEY TELES DE PAULA Presidente do TIGO 
MARANHÃO	Des. CLEONES CARVALHO CUNHA Representante do TJMA 
MATO GROSSO	Des. ORLANDO DE ALMEIDA PERRI Presidente do TJMT 
MATO GROSSO DO SUL	Des. JOENILDO DE SOUSA CHAVES Presidente do TJMS 
MINAS GERAIS	Des. JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES Presidente do TJMG 
PARÁ	Desa. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO Presidente do TJPA 
PARAÍBA	Desa. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI Presidente do TJPB 
	Des. ROMERO MARCELO OLIVEIRA Vice-Presidente do TJPB 
PARANÁ	Des. GUILHERME LUIZ GOMES Presidente do TJPR 
	Des. ANTÔNIO LOYOLA VIEIRA 

PERNAMBUCO	Des. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO Primeiro Vice-Presidente do TJPE 
PIAUÍ	Desa. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO Presidente do TJPI 
RIO DE JANEIRO	Desa. LEILA M <sup>a</sup> CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO Presidente do TJRJ 
	Des. MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAVER Membro da Comissão Executiva 
RIO GRANDE DO NORTE	Des. ADERSON SILVINO DE SOUSA Presidente do TJRN 
	Des. CAIO OTÁVIO REGALADO DE ALENCAR Membro da Comissão Executiva 
RIO GRANDE DO SUL	Des. JOSÉ AQUINO FLÔRES CAMARGO Presidente do TJRS 
RONDÔNIA	Des. ROWILSON TEIXEIRA Presidente do TJRO 
RORAIMA	Desa. TÂNIA M <sup>a</sup> VASCONCELOS DIAS DE SOUZA CRUZ Presidente do TJRR 
SANTA CATARINA	Des. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS Presidente do TJSC 

SÃO PAULO	<b>Des. ARMANDO SÉRGIO PRADO DE TOLEDO</b> Representante do TJSP 
SERGIPE	<b>Des. CLÁUDIO DINART DEBA CHAGAS</b> Presidente do TJSE 
TOCANTINS	<b>Desa. ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE</b> Presidente do TJTO 